O AECT Rio Minho apresenta o projeto LIVHES ao tecido do património cultural imaterial deste espaço transfronteiriço

A equipa técnica do AECT Rio Minho apresentou o projecto europeu LIVHES a uma escolma de representantes públicos e privados das diferentes administrações, associações e investigadoras que trabalham no património cultural inmaterial no rio Minho transfronteiriço.

Arranca o ‘II Culturminho’ com o objectivo de criar novos actos culturais conjuntos no Minho transfronteiriço

Criadores e agentes culturais mais pessoal técnico das câmaras municipais minhotos trabalharão durante este mês para desenvolver iniciativas.

O AECT RIO Minho permite um registo de pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira com Portugal para pedido de indemnizações

O AECT do Rio Minho vem operando desde hoje o registo das pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira, a fim de proceder aos trâmites de eventuais indemnizações. Nas primeiras horas desde o seu lançamento, ainda sem lançamento oficial, foram recebidas mais de uma dezena de reclamações, que deverão aumentar consideravelmente nos próximos dias.

O objetivo deste registo é conhecer as causas de cada uma das pessoas afetadas e atribuir nomes e sobrenomes a uma situação que está prejudicando um grande número de pessoas que estão perdendo tempo e dinheiro diariamente por não terem todos os postos transfronteiriços abertos.

O formulário pode ser preenchido online no site smartminho.eu com os dados sobre o tipo de prejuízo sofrido: perdas de tempo, aumento dos custos com viagens ou redução da carteira de clientes da outra margem

“Sabemos que há muitas pessoas afetadas e até agora têm ido aos seus municípios, às administrações mais próximas, para reclamar e saber como atuar. Com esta iniciativa do AECT pretendemos centralizar as reclamações num ‘gabinete dos

lesados’ conjunto e trabalhar para o processamento de eventuais indemnizações, pois entendemos que o território do Minho deve ser compensado economicamente pela decisão dos estados de fecharem a fronteira e não deixe alternativas além de um posto fronteiriço. Isto está a ter um grande impacto na economia”, explicou o deputado da Cooperação Transfronteiriça e vice-diretor do AECT Uxío Benítez.



No formulário online (também existe a opção de preencher um PDF) os interessados devem deixar os seus dados pessoais, esclarecer se são pessoas singulares, empresas ou particulares, o setor em que trabalham (serviços, indústria ou comércio), o número de viagens que devem realizar entre os dois lados da fronteira, o número de quilómetros que costumam percorrer com a fronteira aberta e a fronteira fechada. Também são solicitados dados sobre os danos sofridos: percorrer mais

distâncias e gastar mais tempo no trajeto entre a residência e o local de trabalho, aumentar o custo da viagem, reduzir os clientes da outra margem ou impedi-los de cruzar a fronteira.

Nas primeiras horas de funcionamento já se registaram mais de uma dúzia de reclamações

Todos estes prejuízos já constatados pelo estudo socioeconómico realizado pelo professor Xavier Cobas, da Universidade de Vigo, que evidenciou os danos que o encerramento da fronteira acrescenta à situação de pandemia na economia minhota. As perdas de volume de negócios ascenderam a mais de 92 milhões de euros apenas nos sectores da hotelaria e comércio, resultado do primeiro confinamento e do encerramento da fronteira entre Pontevedra e Portugal na primeira vaga da pandemia, entre 17 de março e 30 de junho do ano passado. “Para este novo encerramento de fronteira – lembrou Benítez – espera-se que o ‘Efeito Fronteira’ seja maior, pois há mais atividade económica aberta”.

Benítez lembrou que o AECT apresentará denúncias ao programa operacional POCTEP 2021-2027, que se encontra em fase de exposição pública, para garantir que os fundos sejam atribuídos às zonas da fronteira e que sejam criados artigos específicos para a zona do Minho. Prevê-se também a aprovação de uma moção sobre este tema nos 26 concelhos para reivindicar perante todas as instituições a imediata abertura dos postos fronteiriços, bem como ascompensações financeiras pelo encerramento.

O primeiro confinamento e o encerramento da fronteira com Portugal causaram uma perda de faturação de mais de 92 milhões de euros no comércio e hotelaria no Minho

O primeiro confinamento e o encerramento da fronteira entre Pontevedra e Portugal na primeira vaga da pandemia, entre 17 de março e 30 de junho de 2020, causou uma perda de volume de negócios de mais de 92 milhões de euros nos 26 concelhos transfronteiriçosdo Minho. Esta é a principal conclusão do estudo pedido pelo AECT Rio Minho ao doutor em Economia da Universidade de Vigo, Xavier Covas, que destacou que oprejuízo económico do atual encerramento será ainda muito maior.

Juntamente com o vice-diretor e deputado para a Cooperação Transfronteiriça, Cobas apresentou hoje o estudo do impacto socioeconómico para os autarcas que integram o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Rio Minho (AECT Minho), que há um mês reclamam a abertura de todas as passagens de fronteira com Portugal devido aos danos que produzem na economia. O trabalho da UVigo vem confirmar as teses e criticar o que consideram uma decisão injusta para os trabalhadores e para a economia do território minhoto e inútil para o controlo da pandemia.

Um estudo do AECT Rio Minho realizado pelo

Professor Xavier Cobas na UVigo reflete que o efeito fronteira acrescentou um prejuízo sobre o da COVID de 12% e 19%, respetivamente

O relatório menciona vários dados devastadores sobre as consequências económicas em ambas as margens do Minho, com um impacto na perda do volume de negócios no comércio e na hotelaria (os setores mais afetados) de 92 milhões de euros – o equivalente a 23 milhões de euros do Valor Acrescentado Bruto-, de acordo com dados oficiais fornecidos pelos governos centrais. Foram também detetados valores significativos nos transportes, setor imobiliário, bem como no âmbito fabril.

De acordo com o professor Cobas, todas essas áreas sofreram, além da queda na faturação devido à pandemia, o efeito fronteira, aumentando as perdas em 12% no comércio, em 19% em hotelaria e alimentação para somar à queda nas receitas de qualquer outra empresa em outro local, simplesmente porque os consumidores deixaram de poder aceder ao outro lado da fronteira.

Outro dos números que foi colocado em cima da mesa do estudo foi o número de horas de trabalho perdidas com a espera na passagem de Tui-Valença. Dado um tempo médio de espera de 15 minutos na ida e mais 15 na volta (número muito conservador para as longas filas diárias), e sabendo que no primeiro encerramento 356.000 pessoas passaram pelo controle, a economia da área perdeu 180.000 horas efetivas. A estas, não sendo contabilizadas, dever-se-á somar o tempo que os trabalhadores também perdem nos desvios de centenas de quilómetros por não estarem habilitados aos controlos em todas as pontes.

O vice-diretor Uxío Benítez exige uma indemnização financeira ao território minhoto "porque o mal já está feito" e anuncia a criação de um registo de pessoas afetadas

O encerramento da fronteira, explicou Cobas, afetou, segundo os seus cálculos, cerca de 25.000 pessoas em toda a Euroregião Galiza-Norte de Portugal e 10.000 nos distritos de Pontevedra-Viana do Castelo, dado que são pessoas que vivem e trabalham em ambos os lados da fronteira, porque vivem de um lado e trabalham do outro, ou porque não,tendo relação com a área, as empresas operam em todo o território e forçam o deslocamento.

Quanto ao impacto do último encerramento de fronteira introduzido desde o início do ano, Cobas quis ser contundente e ressaltou que afetará a economia muito mais negativamente, já que no primeiro confinamento a atividade económica estava praticamente parada, enquanto agora há uma maior taxa de atividade. O professor destacou ainda que o atual encerramento dos postos fronteiriços "é redundante e inútil" porque as pessoas que vão cruzar a fronteira são as mesmas, apenas as autorizadas.

Registo para indemnizações

Diante de toda esta avalanche de dados devastadora, o vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, disse que os autarcas dos 26 municípios do território do Minho vão pedir uma compensação financeira pela decisão de encerrar a fronteira dos estados espanhol e português. "O mal já está feito, agora abramos postos fronteiriços ou dentro de um mês. Agora queremos que levem em consideração e nos indemnizem pelas perdas", afirmou.

Ele salientou que, numa primeira fase, o AECT irá apresentar uma denúncia ao programa operacional POCTEP 2021-2027, que se encontra em fase de exposição pública e que, apesar do seu propósito de injetar fundos nas fronteiras, "está deturpando os seus objetivos ao atribuir fundos para áreas não fronteiriças". Solicitou, portanto, que se assegure que os fundos sejam destinados às áreas da fronteira e que sejam criados itens específicos para a área do Minho.

> *"O mal já está feito, agora abramos postos fronteiriços ou dentro de um mês. Agora queremos que levem em consideração e nos indemnizem pelas perdas".*

Por seu turno, anunciou também a criação de um registo de pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira, o qual será gerido através do AECT e de todos os municípios envolvidos num gabinete comum para proceder ao processamento de eventuais indemnizações. "Queremos colocar esta situação em perspetiva, fazer um cálculo, porque os trabalhadores transfronteiriços perdem entre 200 e 300 euros apenas em combustível para as viagens por não terem todos os postos fronteiriços abertos", explicou.

Da mesma forma, será apresentada uma moção nos 26 conselhos para ter o aval democrático e reivindicar perante todas as instituições tanto a imediata abertura das etapas como as compensações económicas pelo encerramento.

> *"Queremos colocar esta situação em perspetiva, fazer um cálculo, porque os trabalhadores transfronteiriços perdem entre 200 e 300 euros apenas em combustível para as viagens por não terem todos os postos fronteiriços abertos".*

Para exemplificar o problema da fronteira, Benítez comparou o encerramento dos postos fronteiriços com Portugal com um possível encerramento da ponte de Rande para a economia galega. “O que vivemos no Minho é como se para controlar a pandemia entre Pontevedra e Vigo tivessem fechado a ponte Rande e enviado todas as pessoas e mercadorias através da Ponte Sampaio com um único controlo. Quem consegue passar, passará, mas sofrendo filas, desvios e perdas de tempo ”, afirmou.

Por fim, o deputado e vice-diretor do AECT lembrou que, para facilitar o controle de pessoas na fronteira, é urgente a criação de um cartão de cidadão transfronteiriço para que haja agilidade nos controlos e não seja necessário verificar toda a documentação.

O AECT irá notificar a Comissão Europeia sobre a situação de desamparo dos trabalhadores transfronteiriços do minho devido ao encerramento da fronteira

“Fronteira totalmente aberta e com horário completo”. É esta a reivindicação com a qual os autarcas do território do Minhoto

insistiram hoje convocados, pelo AECT Rio Minho, e para a qual decidiram endurecer as suas ações: continuarão a tomar medidas institucionais perante a União Europeia e o Ministro da Administração Interna de Portugal, como também organizarão novas ações simbólicas de mobilização social para chamar a atenção de um território que se sente afogado e também "ninguenhado" pelos governos de Madrid e Lisboa.

Será organizada uma nova reunião urgente com o governo português para uma "fronteira aberta na sua totalidade e com horário completo"

Segundo Uxío Benítez, subdiretor do AECT Rio Minho, uma das decisões da reunião dos 26 autarcas foi notificar a Comissão Europeia sobre a situação de desamparo dos trabalhadores e das empresas, visto que o Minho é a fronteira mais dinâmica de todas da Europa e um encerramento como o existente "não ocorre em outros territórios". "Enviaremos um comunicado e pediremos auxílio para que se interceda junto dos estados", frisou.

Serão também mantidos novos contactos com o Ministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita, que será instado a revogar a situação actual numa reunião de urgência, dado que até agora o país vizinho tem sido o mais relutante em abrir novos postos fronteiriços autorizados na fronteira.

Nos próximos dias haverá mais ações simbólicas de protesto "tentando conter o ânimo exaltado" de empresas e colaboradores

Essas medidas institucionais, acrescentou Benítez, serão também acompanhadas por novas ações simbólicas de protesto e mobilização social. “Os ânimos das empresas, transportadoras e trabalhadores transfronteiriços estão muito exaltados, e a partir do AECT estamos a mediar para prevenir medidas mais drásticas e conter a agitação, mas mostraremos de modo convincente que este território do Minho não pode ser ignorado,pois isso produz apenas mais raiva e indignação entre os cidadãos”, afirmou o nacionalista.

“Existem mais de 6.000 trabalhadores afetados que têm um custo de tempo e dinheiro para aceder aos seus empregos”

Benítez frisou que o AECT vai exigir uma indemnização financeira para os trabalhadores afetados pelo encerramento das fronteiras. “Não existem apenas custos de combustível, mas também de tempo. Há pessoas que saem uma hora mais cedo para ir trabalhar e, estando duas horas na passagem da fronteira, chegam tarde e têm que compensar as horas perdidas ficando ao final do dia nos seus postos… Isso tem um custo não apenas económico, mas também anímico. E como não se pode compensar por problemas psicológicos, pelo menos que se compense os económicos ”, insistiu.

O vice-diretor frisou que existe uma profunda indignação e incompreensão dos autarcas do território minhoto “face a esta decisão dos estados que não dar ouvidos ao território e não dar ouvidos aos problemas que existem na fronteira mais dinâmica, povoada, com mais relações sociais entre Espanha e Portugal e uma das mais dinâmicas da Europa. Eles não entendem essa realidade e têm ignorado os nossos pedidos para abrir os postos com os controlos sanitários necessários. Existem mais de 6.000 trabalhadores afetados que têm um custo de tempo e

dinheiro para aceder aos seus empregos”, insistiu.

Por fim, Benítez destacou a oferta de colaboração dos concelhos de ambos os lados da fronteira para a logística da reabertura das passagens. Apelou também a uma maior coordenação entre os estados e entre estes e os municípios afetados, criticando que muitos autarcas ficaram a saber das últimas alterações nos postos fronteiriços através da publicação do boletim português em vez de uma comunicação oficial direta.

“Queremos a abertura de todas os postos fronteiriços 24 horas”

“Queremos a abertura de todas os postos fronteiriços 24 horas com os exames de saúde necessários e apenas para pessoas que estejam autorizadas, trabalhadores, transportadores… Não queremos que passe mais ninguém além das pessoas que o devem fazer”, insistiu.

O AECT Minho considera as medidas para abrir a fronteira com Portugal “insuficientes” e irá

incrementar os protestos

Os 26 municípios pontevedrenses e portugueses do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial AECT Rio Minho convocaram uma nova reunião esta segunda-feira com urgência para analisar o que classificam como "desconhecimento total e persistente" dos governos centrais de Madrid e Lisboa sobre a realidade do território minhoto – o de maior circulação de toda a fronteira ibérica. A intenção do encontro, segundo o vice-diretor Uxío Benítez, é avançar com novos protestos em defesa dos interesses dos trabalhadores transfronteiriços e do transporte de mercadorias, bem como de muitas empresas atingidas "pelo calvário diário do engarrafamento do posto transfronteiriço de Tui-Valença ".

Este encontro entre os autarcas do AECT Río Miño surge após a publicação do gabinete do Ministério da Administração Interna do Governo de Portugal que mantém a Ponte Internacional de Tui–Valença como único ponto de passagem autorizado durante 24 horas, com a novidade da abertura parcial da ponte Arbo–Melgaço, três horas pela manhã e três horas pela tarde, prolongando-se esse mesmo horário parcial em Salvaterra–Monção.

Os dirigentes de ambas as margens do rio Minho assumem por unanimidade as dificuldades decorrentes da pandemia de Covid-19 e a necessidade de ações efetivas para combatê-la. No entanto, sublinham que a abertura de todos os postos "em nada contradiz o objetivo de salvaguardar a saúde pública".

"Essa mudança de postos fronteiriços autorizados pelo despacho é 'atirar areia aos olhos' dos autarcas e das suas populações, pois não satisfaz em absoluto as reivindicações anteriormente expostas, além de manter o calvário do engarrafamento do trânsito em Valença-Tui e de reiterar a indisponibilidade do Governo para arcar com os custos de mais postos fronteiriços autorizados, querendo transpor para os trabalhadores grande

parte dessa carga", sublinha Benítez, que acrescenta que apenas se pretende facilitar o trânsito às pessoas autorizadas.

O vice-diretor Uxío Benítez anuncia uma reunião urgente dos municípios do Minho para a próxima segunda-feira,na qual serão decididas novas medidas de pressão

Benitez sublinhou que não existem razões objetivas para não se abrirem todos os postos "mas apenas razões tomadas por governos distantes e sem conhecimento", por isso apelou a um "esforço superior" a Madrid e Lisboa na compreensão da realidade da fronteira minhota para dotar de meios os pontos de passagem autorizada.

Neste sentido, lembrou que a ponte de Tomiño-Vila Nova de Cerveira -que por enquanto irá permanecer encerrada após as últimas alterações- é a 5ª com mais circulação de viaturas de 64 em toda a fronteira entre Espanha e Portugal. Ele mencionou que nas proximidades deste viaduto se situa o parque empresarial de Cerveira, com 4.300 trabalhadores, dos quais mais de mil são galegos. "Existe uma relação comercial umbilical entre um lado e o outro. Tui-Valença fica a 16 km e A Guarda a 27 km. A passagem pela ponte da Amizade encurtaria as distâncias acumuladas que todo o pessoal laboral tem de atravessar de maneira forçada", enfatizou.

"Não abrir todos os postos é um castigo para o

exercício da atividade laboral dos milhares de trabalhadores”

“Não abrir todos os postos é um castigo para o exercício da atividade laboral dos milhares de trabalhadores considerados essenciais para a dinâmica económica dos dois países”, insistiu o nacionalista, que sublinhou que a situação suscita “enorme preocupação e inquietação tanto nos autarcas quanto nos empresários da região e no transporte de mercadorias ”.

Ele frisou que após tomarem conhecimento da decisão do Ministério da Administração Interna de Portugal, os municípios fronteiriços já receberam emails importantes de trabalhadores transfronteiriços e empregadores de grandes empresas para “partilharem o relatório da sua situação de desgaste e angústia a nível pessoal, económico e profissional, pela necessidade de percorrer dezenas em quilómetros de desvios”.

“Uma vez mais, as populações da fronteira minhota estão a ser tratadas como ‘parentes pobres’ pelos governos de Portugal e Espanha”, concluiu Benítez.

O AECT Rio Minho cria um mapa interativo para informar

conjuntamente a evolução da covid-19 em municípios transfronteiriços

Enquanto a situação das passagens de fronteira continua por resolver, o AECT Rio Minho disponibilizou no seu site smartminho.eu um mapa *COVIDMinho* interactivo, que permitirá aos cidadãos conhecer em conjunto a evolução da pandemia nos 26 municípios galegos e portugueses que fazem parte do território Minhoto. Esta ferramenta inclui a situação epidemiológica de cada um dos municípios (número de novos casos diagnosticados e incidência cumulativa, entre outros), bem como informações úteis para o combate à propagação da doença e as medidas que os respetivos governos aplicam de ambos os lados da fronteira.

A novidade do mapa *COVID-Minho*, promovido pelo Conselho Provincial de Pontevedra através do Departamento de Cooperação Transfronteiriça liderado por Uxío Benítez,oferece dados sobre o território do Minho no mesmo site em vez de consultar as diferentes páginas de informação sobre saúde galegas e portuguesas. Além disso, também permite comparar intuitivamente as situações epidemiológicas em ambas as margens, uma vez que aplica a mesma escala de cores às incidências cumulativas de cada município face aos diferentes parâmetros utilizados na Galiza (que só aplica uma cor vermelha forte para mais de 250 casos sem mais gradação) e em Portugal. Passando o rato sobre cada concelho exibe mais dados referentes a cada município.

O mapa *COVIDMinho* permite comparar intuitivamente

a incidência do vírus nas duas margens do rio com a sua própria escala de cores com os diferentes parâmetros usados na Galiza e em Portugal

Este mapa surge num momento em que a população precisa de informações verdadeiras sobre a complicada situação causada pela propagação do vírus e sobre as várias medidas que estão sendo aplicadas em ambos os lados da fronteira. Segundo Uxío Benítez, o mapa *COVIDMinho* visa fornecer conhecimentos e dados verdadeiros sobre a pandemia a todos os cidadãos que têm de se deslocar no território minhoto por motivos de trabalho ou familiares. “São precisas Informações unificadas”, disse ele.

Hoje, a incidência acumulada mais baixa é a do município de Arbo (menos de 240), seguido de A Guarda e O Rosal (entre 240 e 480), continuando por Covelo, Ponteareas, Salvaterra, Salceda, Porriño, Tomiño, Oia, Tui , As Neves, Viana e Ponte da Barca (com entre 480 e 960), e finalmente em situação extrema (mais de 960 casos por 100.000 habitantes) em Covelo, A Cañiza, Crecente, Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, P. Coura, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima.

Ainda com base em fontes oficiais do Sergas e da Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM), o site disponibiliza ainda diversas medidas decretadas pelos respetivos governos em questões como a mobilidade laboral e encerramentos de perímetros, abertura de hotéis e restaurantes, educação e situação escolar, comércio e outras considerações sócio-sanitárias para manter informadas as pessoas que vivem ou trabalham nas duas margens do rio.

Reconsideração e abertura de postos transfronteiriços

O vice-diretor do AECT Río Miño, Uxío Benítez, manifestou hoje que os municípios pertencentes ao grupo continuam “ansiosos” e “vigilantes” sobre o que acontecerá nos próximos dias sobre o pedido de abertura de todas as passagens de fronteira.

O nacionalista frisou que até ao momento a única notícia é a que foi publicada hoje no BOE, uma prorrogação até 1 de março do encerramento das fronteiras, um assunto “que já pensávamos que iria acontecer devido às informações que tínhamos”. Ele salientou que em Portugal ainda não foi publicado oficialmente, embora tal se deva realizar em breve.

Os concelhos da fronteira continuam “à espera” que seja anunciada a abertura de todas as passagens de fronteira para trabalhadores

“O que sabemos é que os governos estão negociando para ver quais passagens de fronteira se manterão para a passagem dos trabalhadores. Nesse sentido, queremos ser otimistas e acreditamos que as nossas reivindicações e os nossos protestos se refletiram sobretudo no local onde foram mais relutantes, no governo português, nas declarações do Ministro da Administração Interna. Entendemos e esperamos que haja uma reconsideração da decisão tomada há 15 dias atrás “e a abertura de mais passagens transfronteiriças”, disse Benitez, que salientou que, caso contrário, os autarcas do território de Minhoto se reunirão novamente e agirão.

Os conselhos minhotos, com máxima expectativa perante a possibilidade de abrir mais postos fronteiriços com Portugal

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial AECT Rio Minho afirmou hoje que os municípios do Minho mantêm a “expectativa máxima” face à possibilidade de abrir mais postos fronteiriços com Portugal, medida que poderá ser finalizada nos próximos dias e queoministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita, deixou em aberto em declarações públicas.

O vice-director do AECT, Uxío Benítez, explicou que os presidentes das câmaras portuguesas têm mantido contactos informais com o governo central português, com especial assertividade naquestão do encerramento da fronteira, e sublinhou que “apesar de não terem recebido informação oficial, satisfazem as declarações proferidas por Eduardo Cabrita, que deixaram em aberto a possibilidade de alteração dos horários das fronteiras terrestres ou do número de postos obrigatórios”.

O Vice-Diretor do AECT Uxío Benítez congratulou-se com a disponibilidade do Ministro da Administração Interna de Portugal para alterar os horários e número de controlos

“Os concelhos de Pontevedra e Alto Minho esperam com grande expetativa que, nos próximos dias, seja anunciada a reversão total da medida atualmente em vigor relativa ao encerramento das fronteiras, de forma a servir os reais e necessários interesses dos trabalhadores transfronteiriços, assim como o transporte de mercadorias”, destacou.

Benítez enfatizou que é necessário abrir todas as etapas existentes e permitir os controlos de forma contínua (24 horas) visto que, como sublinhou, os horários das empresas e dos funcionários das duas margens do rio são variados. Ele lembrou que o atual posto de Salvaterra, aberto apenas duas horas de manhã e duasde tarde, não se traduz em qualquer benefício para os trabalhadores, visto que o trabalho em regime de turno também tem de atravessar o rio pela única passagem autorizada de Tui por não coincidirem nos horários.

Salienta-se a necessidade de “reverter completamente” o atual encerramento da fronteira e considerar o horário comercial ao estabelecer faixas autorizadas

Benítez expressou confiança em que o governo português irá reconsiderar a situação, e lembrou que em Espanha, oficialmente, o delegado do governo manifestou a sua vontade de tomar as medidas necessárias, mas sempre através de um

acordo diplomático com os dirigentes portugueses. “Esperemos que o erro não perdure”, destacou.

A fronteira entre Pontevedra e o Alto Minho português tem 70 quilómetros, correspondendo a 5% dos 1.200 quilómetros de toda a fronteira ibérica, mas assume 50% de todo o tráfego de veículos entre Espanha e Portugal pelas seis pontes sobre o Minho. Existem cerca de 6.000 trabalhadores transfronteiriços que têm de atravessar a fronteira diariamente.

Na última quinta-feira, autarcas da fronteira protestaram contra o atual encerramento de fronteiras e lançaram um SOS. Eles asseguraram que os trabalhadores transfronteiriços estão a ser punidos com a manutenção de apenas um posto aberto (o da ponte internacional de Tui), gastando dinheiro com combustível e tempo ao longo de dezenas de quilómetros para chegar ao trabalho, porque os governos centrais não colocam mais controlos (guardas portugueses e guarda civil) nos restantes postos de fronteira.

“Abram a fronteira, coloquem meios de controlo em todos os postos fronteiriços e deixemos trabalhadores

passar”

Autarcas e presidentes das câmaras do território transfronteiriço do rio Minho reuniram-se hoje na ponte velha de Tui para protestar contra o encerramento da fronteira com Portugal e exigir que se abram todos os postos fronteiriços existentes, sempre com os necessários controlos sanitários, para facilitar a circulação dos trabalhadores transfronteiriços.

Com as letras de SOS eles expressaram sua indignação e qualificaram de “escândalo” o facto de que, tendo em conta o que aconteceu na primeira vaga da pandemia, o mesmo erro tenha sido cometido novamente, abrindo apenas um único posto fronteiriço, “punindo” os trabalhadores – os únicos que podem cruzar a fronteira – obrigando a realização de desvios de quilómetros.

Os autarcas reuniram-se na ponte velha de Tui para criticar que os governos de Madrid e Lisboa “tenham cometido novamente o mesmo erro” da primeira vaga da pandemia.

O vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, explicou que a reivindicação dos edis “é uma reivindicação justa, e por isso estamos mobilizados aqui e continuaremos a mobilizar o que for necessário para que entendam que esta é uma fronteira que afeta muitas pessoas”, pelo que foi pedido aos governos centrais que façam o mesmo que fizeram na primeira vaga da pandemia, quando depois de três mobilizações de autarcas nas pontes do Minho, todos os postos foram abertos na fronteira. “Espero que não tenhamos de fazer três novas mobilizações, e que com este apelo público que fazemos a Madrid e Lisboa

possam entender o que se passa nesta fronteira e abrir os restantes postos fronteiriços", insistiu.

Para todos os mandatários daquele território "é um autêntico escândalo" que depois do que aconteceu,se torne a cometer exatamente o mesmo erro, que é deixar um único posto fronteiriço numa fronteira que – ainda que corresponda a apenas 5% dos 1.200 quilômetros de fronteira entre Espanha e Portugal (70) -, representa 50% do tráfego transfronteiriço.

> *"Esta é uma fronteira dinâmica, na qual existem muitas relações laborais, económicas, empresariais. Há muita mobilidade porque existe essa vida e essa economia que atravessa a fronteira…. Ainda assim decidiram deixar um só posto em Tui Valença na ponte nova", destacou Benítez com insistência*

Como consequência prática, sublinhou o nacionalista, os cidadãos trabalhadores transfronteiriços têm de percorrer grandes distâncias e fazer desvios "para fazer a única coisa que agora pode ser feita, que é ir trabalhar". "Tendo em conta atual situação económica, parece-nos um escândalo que os estados decidam não colocar guardas, para economizar esse custo, passando essa despesa aos trabalhadores", concluiu.



Por seu turno, o director do AECT e presidente de Vila Nova de Cerveira, Fernando Nogueira, apelou aos governos centrais para "deixarem de punir os trabalhadores", insistindo que osagrupamentos e filas de veículos em quilómetros de espera "possam vir a potenciar os contágios".

O autarca de Tui, Enrique Cabaleiro, também apelou à sensibilidade do Estado para mudar radicalmente a sua política de encerramento de fronteiras, que não contempla a realidade do território minhoto, segundo o seu ponto de vista, "por ver os problemas desde a centralidade sem estar atento às peculiaridades de cada território ".

O presidente de Valença, Manuel Lopes, sublinhou ainda que o encerramento das fronteiras não passa de uma medida "simbólica", visto que passam a atravessar a fronteira exatamente com o mesmo número de pessoas de antes: trabalhadores devidamente credenciados e transporte de mercadorias. "Eles acabam por fazer milhares de quilómetros

extrano final do mês e gastam o salário em custos de gasolina. Quase não compensa trabalhar em ambos os lados. No final de contas o rendimento é gasto em combustível e nas horas de desvios. Fechar os postos é uma medida que se revela errada", disse.



O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Rio Minho é composto por 400.000 habitantes de 26 concelhos, 16 galegos do sul da província de Pontevedra e 10 da região do Alto Minho, no norte de Portugal, com cerca de 6.000 trabalhadores transfronteiriços. No protesto de hoje (aprovado por unanimidade em assembleia na passada segunda-feira) participaram os mandatários com disponibilidade e não confinados: seis presidentes de câmaras portugueses e nove outros autarcas de Pontevedra.

Proibida a travessia na fronteira mesmo para protestos simbólicos

Uma manifestação pelo encerramento da fronteira entre os dois lados ocorreu no início do protesto. O evento teve início às 10 horas, quando os autarcas de ambos os lados caminharam desde os respetivos extremos da ponte velha sobre o Minho com a intenção de se encontrarem simbolicamente no meio da infraestrutura para representar a necessidade de união dos dois lados da fronteira.

No entanto, a reunião não foi possível. A polícia impediu a encenação e, embora se explicasse que se tratava de um ato simbólico, foi imposta uma separação de cerca de 20 metros entre os dirigentes galegos e portugueses, impossibilitando a fotografia conjunta.

Por fim, para dirimir o pequeno trecho que os separava, os representantes portugueses regressaram ao território português, retiraram as suas viaturas, passaram oficialmente o controlo de fronteira na ponte rodoviária (a um quilómetro), atravessaram a Galiza e seguiram até ao final da ponte antiga de Tui. Uma vez lá, todos os autarcas e presidentes de ambos os lados do Minho tiraram a foto conjunta para exigir a união do território.



Salvaterra e As Neves conhecem os Tesouros Humanos Vivos do Minho

As crianças dos concelhos de Salvaterra e As Neves aprenderam hoje como se desenvolve a pesca tradicional da lampreia e abordou a prática da transumância, duas amostras de ofícios artesanais que ainda sobrevivem nos concelhos da fronteira. Eles aprenderam sobre a importância da preservação da língua, em alguns casos sob risco de desaparecer, como a variedade dialetal dos "goianés" e aprenderam sobre peculiaridades musicais como as trovoadas, Tesouros Humanos Vivos do Minho.

Com a ajuda do coletivo Polo Correo do Vento, os alunos das duas escolas puderam conhecer esses aspetos do nosso

património imaterial de forma lúdica e divertida. Contadores de histórias têm percorrido diferentes escolas no âmbito da iniciativa ‘Tesouros humanos vivos’ do Conselho Provincial, através do departamento de Cooperação Transfronteiriça de Uxío Benítez.

Os meninos e meninas do colégio Infante Felipe e do CEIP Marquesa Pazo da Mercé participaram hoje nos contos de histórias do Conselho Provincial

As histórias de Enrique Mauricio chegam aos alunos carregadas de ritmo com a música ao vivo do ukelele de Antón Ké. Em seguida, o ilustrador Carlos Taboada incentiva a participação das crianças, fazendo os seus próprios desenhos e ilustrações, que irão decorar a escola.



O objetivo da atividade – que se desenvolveu, como não poderia deixar de ser, respeitando as medidas sanitárias impostas pelo coronavírus – é destacar as biografias homenageadas no âmbito do projeto de resgate da memória galaico-portuguesa e aprofundar a ideia do rio Minho como união de cultura, com uma proposta em que meninos e meninas interagem com a história e o desenho.

Ouviram da mão do coletivo Polo Correo do Vento o que são as pesqueiras, as variedades dialéticas da fronteira e música e obras tradicionais

A iniciativa, que já passou pelos colégios Manuel Sieiro de Crecente, a Colégio Padres Somascos da Guarda e o CPI Manuel Suárez Marquier de O Rosal, vai encerrar este primeiro ciclo

de ações nas escolas de Tomiño e Tui.

Esta é uma atividade enquadrada no projeto Tesouros Humanos Vivos do projeto SmartMinho desenvolvido pelo Conselho Provincial de Pontevedra com co-financiamento de 75% do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que visa documentar o nosso património imaterial e a sua valorização, bem como a sua transmissão às novas gerações, evitando assim o seu desaparecimento.

Concelhos da fronteira exortam Madrid, Lisboa e a Junta para a “reabertura urgente” de todas as fronteiras para trabalhadores, através de um comunicado de imprensa oficial

Concelhos da fronteira exortam Madrid, Lisboa e a Junta para a “reabertura urgente” de todas as fronteiras para trabalhadores, através de um comunicado de imprensa oficial